

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

A Administração do PINE, em observância aos preceitos legais, submeteu à apreciação de V.Sas. os fatos e eventos relevantes do ano, acompanhados das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas correspondentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. As informações contidas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Banco Pine (www.pine.com.br).

2013, foi mais um ano de importantes conquistas e recorrência nas linhas de negócio, mesmo em cenário adverso. Mais uma vez a estratégia do banco mostrou-se adequada e foi reafirmada pelas agências internacionais de ratings, que elevaram nossas notas ao longo do ano. Já são muitos anos de uma estratégia construída em bases sólidas, com a continuidade de investimentos no leque de produtos e em capital humano. Com isso, destacamos nossas principais conquistas:

- Contribuições positivas de todas as linhas de negócios: 62,9% de Crédito Corporativo, 27,9% da Mesa para Clientes, 5,5% da Pine Investimentos e 3,7% da Tesouraria.
- Elevação dos ratings em escala global pelas agências Fitch e Moody's. Com isso, o Banco está a uma nota do Grau de Investimento Global pelas três agências internacionais: Moody's, Fitch e S&P.
- Gap positivo de liquidez mantido ao longo dos últimos anos.
- Balanco líquido, influenciado também pelo aumento das captações que elevaram o patamar de caixa.

Em abril, o Banco Central homologou a segunda fase do aumento de capital realizado pelo DEG, Proparco, Controlador e minoritários num total de aproximadamente R\$ 170 milhões, anunciado no segundo semestre de 2012.

Captações

- R\$ 571,4 milhões através de uma estrutura de FIDC, pelo prazo de 5 anos.
- US\$ 100 milhões através de um empréstimo sindicalizado pelo prazo de 2 anos.
- US\$ 20 milhões através de uma transação de Senior Unsecured Term Loan e 10 anos de prazo.
- US\$ 50 milhões - terceira captação em formato islâmico e prazo de 1 ano.

Negócios

- Alocação setorial segue pautada nos setores em que a atividade econômica se desenvolveu acima do PIB ou em que há necessidade de desenvolvimento e investimento, como Agronegócio e Infraestrutura. Melhora da qualidade da carteira de crédito.
- Maior participação da Mesa para Clientes no mix de receitas devido ao maior número de clientes e maior volatilidade nos mercados. O número de clientes evoluiu 40%, atingindo cerca de 200.
- Evolução de 3 posições no ranking de derivativos da Cetip, sendo o 12º maior banco e manutenção da vice-liderança em derivativos de commodities para clientes.

Consolidação da estratégia da Pine Investimentos, com destaque para a Pine Securities, que em seu primeiro ano de atuação, executou 3 mandatos para clientes em setores distintos, num volume total de US\$ 900 milhões.

Encerramos 2013 orgulhosos pelos reconhecimentos conquistados e iniciamos 2014 confiantes no nosso modelo de negócio. Temos todos os alicerces necessários (capital, liquidez, funding e recursos humanos) para continuarmos a expandir nossa franquia mantendo o balanço adequado entre risco e retorno. Vamos continuar a investir na equipe e no atendimento completo aos nossos clientes, aumentando o portfólio de produtos e serviços e mantendo um relacionamento muito próximo com cada um deles.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2013, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O PINE tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

Comitê Executivo
São Paulo, 18 de fevereiro de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado		PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE		6.775.528	7.966.113	6.919.289	7.996.043	CIRCULANTE		6.029.282	5.724.010	5.633.178	5.708.159
Disponibilidades	4.	147.466	126.111	157.168	126.111	Depósitos	12.	2.104.966	1.898.520	2.045.453	1.878.417
Aplicações interfinanceiras de liquidez		667.692	397.584	668.002	404.587	Depósitos à vista		23.332	30.134	23.260	30.053
Aplicações no mercado aberto		183.922	279.205	184.232	286.208	Depósitos interfinanceiros		77.846	108.932	73.665	108.932
Aplicações em depósitos interfinanceiros		58.199	100.299	58.199	100.299	Depósitos a prazo		2.003.788	1.759.454	1.948.528	1.739.432
Aplicações em moedas estrangeiras		425.571	18.080	425.571	18.080	Captações no mercado aberto		547.579	1.832.661	508.792	1.832.661
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.804.111	3.914.354	1.918.995	3.934.238	Carteira própria		547.579	1.832.661	508.792	1.832.661
Carteira própria	6.a)	1.021.113	1.815.047	1.135.997	1.834.931	Carteira de terceiros		-	-	175.263	158.177
Vinculados a compromissos de recompra	6.a)	551.072	1.847.955	551.072	1.847.955	Recursos de aceites e emissão de títulos		1.301.013	499.593	1.301.013	499.593
Instrumentos financeiros derivativos	6.b)	227.376	180.232	227.376	180.232	Recursos de letras de crédito imobiliário	18.a)	270.317	11.965	270.317	11.965
Vinculados à prestação de garantias	6.a)	4.550	71.120	4.550	71.120	Recursos de letras de crédito do agronegócio	18.a)	410.269	377.368	410.269	377.368
Relações interfinanceiras		621	1.435	621	1.435	Recursos de letras financeiras	18.a)	599.368	1.101	599.368	1.101
Créditos vinculados:						Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18.b)	21.059	109.159	21.059	109.159
Depósitos no Banco Central do Brasil		621	1.435	621	1.435	Relações interfinanceiras		25	37	25	37
Operações de crédito		3.133.477	2.549.888	3.145.959	2.549.888	Correspondentes	14.	25	37	25	37
Operações de crédito - setor privado		2.917.156	2.664.448	2.929.833	2.664.448	Relações interdependências		15.072	22.425	15.072	22.425
Operações de crédito - setor público		365	5.966	365	5.966	Recursos em trânsito de terceiros		15.072	22.425	15.072	22.425
Operações de crédito vinculadas a cessão	7.)	305.996	-	305.996	-	Obrigações por empréstimos e repasses		1.389.642	1.225.474	1.389.642	1.225.474
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(90.040)	(120.526)	(90.235)	(120.526)	Empréstimo no exterior	17.	1.045.727	892.862	1.045.727	892.862
Outros créditos		854.969	796.143	861.352	799.186	Repasses do país - instituições oficiais		341.050	322.376	341.050	322.376
Carteira de câmbio	8.	525.129	522.796	525.129	522.796	Repasses do exterior	6.b)	2.865	10.236	2.865	10.236
Rendas a receber		26.958	18.867	26.958	18.867	Instrumentos financeiros derivativos		160.353	77.060	160.353	77.060
Negociação e Intermediação de Valores Diversos	9.	248.971	216.719	253.761	219.762	Instrumentos financeiros derivativos		160.353	77.060	160.353	77.060
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(11.504)	(4.137)	(11.504)	(4.137)	Outras obrigações		510.632	168.240	510.632	172.492
Outros valores e bens		167.192	180.598	167.192	180.598	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15.a)	1.163	936	1.163	936
Bens não de uso próprio		162.764	176.279	162.764	176.279	Carteira de câmbio	8.	94.959	75.133	94.959	75.133
Despesas antecipadas		4.428	4.319	4.428	4.319	Sociais e estatutárias		6.432	9.018	6.432	9.018
REALIZÁVEL LONGO PRAZO		3.677.856	2.285.451	3.521.586	2.378.588	Fiscais e previdenciárias	15.b)	20.368	30.075	25.107	33.983
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		799.680	386.334	595.750	326.603	Negociação e intermediação de valores		27.602	4.575	39.922	4.575
Carteira própria	6.a)	402.119	229.233	198.189	169.502	Divida subordinada	19.	14.150	12.342	14.150	12.342
Instrumentos financeiros derivativos	6.b)	287.982	157.101	287.982	157.101	Diversas		345.958	36.161	31.095	36.505
Vinculados à prestação de garantias		109.579	-	109.579	-	Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	7.)	317.327	-	-	-
Operações de crédito		2.374.308	1.459.023	2.416.359	1.609.039	Outras		28.631	36.161	31.095	36.505
Operações de crédito - setor privado		2.371.032	1.520.512	2.420.400	1.672.130	EXIGÍVEL LONGO PRAZO		3.222.867	3.440.419	3.570.581	3.421.476
Operações de crédito - setor público		18.626	338	18.626	338	Depósitos		12.159.366	1.577.218	11.110.748	1.440.579
Operações de crédito vinculadas à cessão	7.)	60.538	-	60.538	-	Depósitos interfinanceiros	12.	16.093	21.221	16.053	12.068
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(75.888)	(61.827)	(83.207)	(63.429)	Depósitos a prazo		1.143.273	1.555.997	1.094.695	1.428.511
Outros créditos		492.247	429.515	497.821	432.367	Recursos de aceites e emissão de títulos		436.686	792.470	436.686	792.470
Rendas a receber		29.987	27.435	29.987	27.435	Recursos de letras de crédito imobiliário	18.a)	10.379	-	10.379	-
Devedores por depósito em garantia	16.(c)(d)	206.615	197.491	207.809	199.189	Recursos de letras de crédito do agronegócio	18.a)	28.073	7.830	28.073	7.830
Diversos	9.	256.343	204.751	260.723	205.905	Recursos de letras financeiras	18.a)	138.999	573.164	138.999	573.164
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(698)	(162)	(698)	(162)	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18.b)	259.235	211.476	259.235	211.476
Outros valores e bens		11.621	10.579	11.656	10.579	Obrigações por empréstimos e repasses		17.1.074.431	631.237	1.564.294	749.972
Despesas antecipadas		11.621	10.579	11.656	10.579	Empréstimos no país - outras instituições		-	-	456.863	118.735
PERMANENTE		139.672	188.882	103.791	31.021	Empréstimo no exterior		304.538	61.305	304.538	61.305
Investimentos		113.260	157.863	76.509	-	Repasses do país - instituições oficiais		800.058	569.932	800.058	569.932
Participações em controladas no exterior	10.a)	9.047	-	-	-	Repasses do exterior	6.b)	2.835	-	2.835	-
Participações em controladas no país	10.a)	104.213	157.863	-	-	Instrumentos financeiros derivativos		30.480	23.333	30.480	23.333
Outros investimentos	10.b)	-	-	76.509	-	Instrumentos financeiros derivativos		30.480	23.333	30.480	23.333
Imobilizado de uso		24.984	28.966	25.619	28.968	Outras obrigações		488.904	416.161	428.373	415.122
Instalações, móveis e equipamentos de uso		13.216	13.652	13.806	13.652	Fiscais e previdenciárias	15.b)	63.244	77.290	63.251	77.853
Outras imobilizações de uso		29.140	28.645	29.405	28.647	Divida subordinada	19.	346.061	304.930	346.061	304.930
Depreciações acumuladas		(17.372)	(13.331)	(17.592)	(13.331)	Diversas		79.599	33.941	19.061	32.339
Intangíveis		1.428	2.053	1.663	2.053	Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	7.)	60.538	-	-	-
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logotipos		9.587	9.450	10.288	9.915	Provisão para passivos contingentes	16.d)	11.922	22.962	11.922	22.962
Amortização acumulada		(8.159)	(7.397)	(8.625)	(7.862)	Outras		7.139	10.978	7.139	9.376
TOTAL DO ATIVO		10.593.056	10.440.446	10.544.666	10.405.652	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		68.499	56.071	68.499	56.071
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.172.408	1.219.946	2.172.408	1.219.946
						Capital social		1.112.259	935.683	1.112.259	935.683
						De domiciliados no país		979.805	842.654	979.805	842.654
						De domiciliados no exterior		132.454	93.029	132.454	93.029
						Reservas de capital		14.032	11.685	14.032	11.685
						Reservas de lucros		163.788	267.192	163.788	267.192
						Dividendos adicionais propostos		21.177	18.559	21.177	18.559
						Ajuste de avaliação patrimonial		(16.765)	(423)	(16.765)	(423)
						(-) Ações em tesouraria		(22.083)	(12.750)	(22.083)	(12.750)
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.593.056	10.440.446	10.544.666	10.405.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto dividendos e juros sobre o capital próprio por ação)

	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Dividendo Adicional Proposto	Lucros Acumulados	Total	
	Capital Social Realizado	Aumento de Capital de Capital	Reservas de Capital	Legal					Estatutária
Saldos em 31 de dezembro de 2011									

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Banco ou Banco Pine") está autorizado a operar as carteiras comerciais, de crédito e financiamento e de câmbio. As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras do Banco Pine, que inclui sua Agência de Grand Cayman (Individual) e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine e Controladas (Consolidado). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e inclusive sua dependência no Exterior. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. Em atendimento à deliberação CVM nº 505/06, informamos que foi autorizada, em 12 de fevereiro de 2014, a conclusão das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, de 31 de dezembro de 2013, pelo Conselho de Administração do Banco, dentre outras providências. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as operações do Banco Pine S.A., sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas a seguir:

		2013		Lucro/Prejuízo	
	Atividade	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	(Prejuízo) líquido
Dependências no exterior					
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	936.238	7.028	83.206	(10.786)
Subsidiárias					
Pine Securities USA LLC (4)	Corretora	10.392	11.713	9.047	(1.412)
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	219.278	13.384	41.765	3.691
Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (5)(6)	Consultoria	6.573	1.000	4.984	3.925
Pine Corretora de Seguros Ltda. (1)	Corretora de seguros	246	500	244	11
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. (1)	Consultoria	38.609	500	37.995	2.486
Pine Assessoria em Comercialização de Energia (2)	Consultoria	41	60	41	(12)
Pine Planejamento e Serviços Ltda. (3)	Consultoria	19.740	10	19.223	15.105
Entidades de propósito específico					
Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (a)	FIDC	69.974	47.753	69.935	12.742
FIP Rio Corporate - Fundo de Investimento em Participações (b) (7)	FIP	97.981	55.950	85.611	29.661
IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A (c) (8)	SPE	46.667	46.878	45.951	(615)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Pine Agro (d) (9)	FIDC	590.854	571.429	590.725	19.296

		2012		Lucro/Prejuízo	
	Atividade	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	(Prejuízo) líquido
Dependências no exterior					
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	494.187	6.131	82.238	(8.458)
Subsidiárias					
Pine Securities USA LLC (4)	Corretora	9.203	10.218	9.106	(1.111)
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	200.158	13.384	38.074	5.774
Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (5)(6)	Consultoria	80.944	77.400	80.429	(165)
Pine Corretora de Seguros Ltda. (1)	Corretora de seguros	235	500	234	(278)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. (1)	Consultoria	35.468	1	35.009	33.396
Pine Assessoria em Comercialização de Energia (2)	Consultoria	3	10	3	7
Pine Planejamento e Serviços Ltda. (3)	Consultoria	4.984	10	4.117	4.107
Entidades de propósito específico					
Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (a)	FIDC	178.506	110.594	178.466	35.966

(1) Em 12 de dezembro de 2011, foram constituídas a Pine Assessoria e Consultoria Ltda. e Pine Corretora de Seguros Ltda. O capital social é de R\$500, dividido em 500 quotas, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional em dezembro de 2012.

(2) Em 24 de abril de 2012, foi constituída a Pine Assessoria em Comercialização de Energia Ltda. O capital social é de R\$10, dividido em 10.000 quotas de R\$1 cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído entre os sócios: A Pine Comercializadora de Energia Elétrica com 90% de participação e o Banco com 10% de participação.

(3) Em 26 de junho de 2012, foi constituída a Pine Planejamento e Serviços Ltda. O capital social é de R\$10, dividido em 10.000 quotas de R\$1 cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído entre os sócios: A Pine Comercializadora de Energia Elétrica com 0,01% de participação e o Banco com 99,99% de participação.

(4) Em outubro de 2012, foi constituída a Pine Securities USA LLC. O capital social inicial foi de R\$10.000.

(5) Conforme alteração contratual que ocorreu em 26 de dezembro de 2013, a Pine Comercializadora de Energia reduziu seu capital social de R\$77.400 para R\$1.000.

(6) A Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. é a detentora de 90% da empresa Pine Assessoria em Comercialização de Energia.

(7) Em 18 de abril de 2013 foi constituído o FIP Rio Corporate e em 15 de maio de 2013 o Banco integralizou 55.950 cotas.

(8) Em 16 de maio de 2013 o Banco, através do FIP Rio Corporate, adquiriu 100% das ações da IRE VII Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

(9) Em 16 de setembro de 2013 foi constituído o FIDC Pine Agro e em 17 de setembro de 2013 o Banco integralizou 171.428.571 cotas.

a) Pine Crédito Privado

Pelo fato do controle sobre os recebíveis cedidos ao fundo remanescer com o Banco (recebimento, repasse e cobrança), e na essência o Banco fornecer garantias aos investidores do FIDC em conformo aos recebimentos e rendimentos esperados, a administração do Banco decidiu consolidar o FIDC, conforme previsto no Ofício - circular da CVM nº 01/07.

Conforme artigo 5º da Instrução CVM nº 408/04, seguem informações relacionadas ao Pine Crédito Privado considerado na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC.

O Fundo denominado Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 07 de dezembro de 2010. A data de início da distribuição foi em 28 de março de 2011. O Fundo ofertou 207.000 cotas seniores no valor unitário de R\$1. A data de encerramento da distribuição foi em 06 de abril de 2011. O Fundo encerrará suas atividades no prazo de 180 dias contados do resgate integral das cotas seniores em circulação (54 meses após a data de distribuição do Fundo). O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, exclusivamente por meio da aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, exclusivamente empréstimos para empresas (capital de giro) originados e cedidos pelo Pine, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação de carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 69%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 31% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Cedente (Banco Pine), sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação. O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios. Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 31% do patrimônio líquido do Fundo, o Banco terá 5 dias úteis para providenciar o restabelecimento dessa relação mínima, através de subscrição de novas cotas subordinadas, o que caso não ocorra, deverá a Administradora convocar um Evento de Avaliação nos termos do regulamento. Na hipótese das cotas subordinadas representarem mais que 31% do patrimônio líquido do fundo, a administradora poderá realizar uma amortização parcial de cotas subordinadas em montante necessário ao reequilíbrio desse fator.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não houve operações cedidas para o FIDC. Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas neste Fundo, o Banco reconheceu prejuízo de R\$837 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (receita de R\$16.557 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012), reconhecidas contabilmente na rubrica de "resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

v) Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013		2012	
	Ativo circulante e realizável a longo prazo	Passivo circulante e exigível a longo prazo	Total do ativo	Total do passivo
Disponibilidades	12	1	39	40
Aplicações interfinanceiras de liquidez	310	7.003	69.974	178.506
Títulos e valores mobiliários em negociação	8.715	19.884	97.981	55.950
Operações de crédito	60.937	151.618	97.947	178.506
Total do ativo	69.974	178.506	69.974	178.506

vi) Avas, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC.

O Banco Pine não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do Fundo ou de seus investidores.

vii) Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do FIDC.

O Banco Pine é o detentor da totalidade das cotas subordinadas deste Fundo. Sendo que as cotas seniores pertencem a diversos investidores qualificados.

b) FIP Rio Corporate

Pelo fato do Banco ser cotista único do FIP e este ser um Fundo de Investimento em Participações, a administração decidiu consolidar o FIP, conforme Resolução nº 2.723 de 31 de maio de 2000 do Banco Central do Brasil.

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIP.

O Fundo denominado Rio Corporate Fundo de Investimento em Participações, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 18 de abril de 2013. O Fundo ofertou 100.000 cotas no valor unitário de R\$1. A data de encerramento da distribuição é de 30 meses, contados da data da primeira integralização de cotas, que foi em 15 de maio de 2013. O Fundo encerrará suas atividades cinco anos contados da data da primeira integralização de cotas, o qual poderá ser prorrogado, mediante proposta do Gestor e por deliberação em Assembleia Geral de Cotistas. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização do capital investido, no longo prazo, mediante o investimento em ações de emissão da Companhia Investida, cujo objeto exclusivo é o desenvolvimento e exploração econômica, por meio de locação e alienação do Empreendimento Imobiliário.

ii) Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIP em 31 de dezembro de 2013

	2013		2012	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Total do ativo	Total do passivo
Disponibilidades	1	1	97.981	12.370
Títulos e valores mobiliários em negociação	97.980	97.947	97.947	85.611
Cotas de fundos de investimentos	97.947	97.981	97.981	97.981
Ações de companhia fechada	97.947	97.981	97.981	97.981
Total do ativo	97.981	97.981	97.981	97.981

c) IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A

Pelo fato de ter o controle sobre as atividades da entidade de propósito específico, a administração do Banco decidiu consolidar a IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A, conforme previsto na instrução CVM nº 408/04.

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pela EPE.

A companhia denominada IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A, foi constituída sob a forma de sociedade por ações em 09 de dezembro de 2010. A companhia tem por objetivo social a administração, compra, venda e locação de bens imóveis próprios ou de terceiros; o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, e a participação em outras sociedades, simples ou empresárias como acionista ou quotista.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados da EPE.

Em 16 de maio de 2013 o Banco, através do FIP Rio Corporate, adquiriu 100% das ações da IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A.

iii) Total dos ativos, passivos e patrimônio da EPE em 31 de dezembro de 2013

	2013		2012	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Total do ativo	Total do passivo
Disponibilidades	8.945	361	8.945	716
Títulos e valores mobiliários em negociação	3.501	850	3.501	141
Outros Créditos	77	575	37.722	45.951
Permanente	37.722	37.722	37.722	45.951
Total do ativo	46.667	37.722	46.667	46.667

d) FIDC Pine Agro

Pelo fato do Banco permanecer com os riscos e benefícios dos direitos creditórios cedidos ao Fundo através da aquisição de 100% das cotas subordinadas, a administração do Banco decidiu consolidar o FIDC Pine Agro, conforme previsto no Ofício - circular da CVM nº 01/07.

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC

O Fundo denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Pine Agro, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 16 de setembro de 2013. O patrimônio do Fundo é formado por duas classes de cotas, as Cotas Seniores, e Cotas Subordinadas, na forma do Artigo 12 da Instrução CVM 356/01. A primeira oferta de Cotas Seniores do Fundo foi realizada nos termos da Instrução 476/09, e foi destinada apenas a Investidores Qualificados, adquirindo um montante mínimo de R\$1.000 (um milhão de reais). O Fundo tem prazo indeterminado de duração. O Santander Brasil S.A. foi contratado pelo Fundo para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de controladoria do Fundo, custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira, guarda dos documentos comprobatórios e escrituração das cotas. O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos (i) operações de empréstimo originadas e concedidas pelo cedente, seja de maneira exclusiva ou sindicalizada, a seus clientes nos setores de atuação, e (ii) debêntures emitidas pelos clientes, atuantes nos setores de atuação, de titularidade do cedente, que poderão contar com garantias, entre elas garantias reais, para que atendam às condições de cessão e aos critérios de elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecida no Regulamento do Fundo.

O Fundo poderá adquirir direitos creditórios originados e concedidos pelo cedente nos seguintes setores de atuação: (i) acucar e álcool; (ii) agricultura (produção primária); (iii) varejistas e distribuidores do setor de alimentos; (iv) proteína animal; (v) grãos; (vi) bebidas; (vii) energia renovável; (viii) tradings; (ix) insumos agrícolas; (x) papel e celulose; (xi) produtos de valor agregado.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 70%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 30% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Custodiante, sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação. O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios. Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 30% do patrimônio líquido do Fundo, o Banco, mediante solicitação do administrador, deverá subscrever novas cotas subordinadas num prazo máximo de 5 dias corridos, de maneira a atingir a proporção equivalente à razão de garantia. Caso o desengajamento não seja sanado no prazo estipulado, o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas para que esta delibere (i) a liquidação antecipada do fundo ou (ii) a amortização extraordinária.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 houve operações cedidas para o FIDC no montante de R\$377.866. Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas nesse Fundo, o Banco reconheceu, receita de R\$12.055 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, registradas contabilmente na rubrica de "resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

v) Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC Pine Agro em 31 de dezembro de 2013

	2013		2012	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Total do ativo	Total do passivo
Disponibilidades	590.854	839	590.854	129
Títulos e valores mobiliários em negociação	189.314	360.320	40.381	590.725
Operações de crédito	360.320	40.381	590.854	590.854
Outros Créditos	40.381	590.725	590.854	590.854
Total do ativo	590.854	590.854	590.854	590.854

vi) Avas, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC.

O Banco Pine não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do Fundo ou de seus investidores.

vii) Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do FIDC.

O Banco Pine é o detentor da totalidade das cotas subordinadas deste Fundo. Sendo que as cotas seniores pertencem a diversos investidores qualificados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do Banco Pine são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e das sociedades por ações e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Não foram adotados nos balanços Consolidados as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, aprovadas pela CVM, mas não homologadas pelo Bacen. Foram adotados para fins de divulgação das demonstrações financeiras os normativos aprovados pela CVM que não conflitaram com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN e Bacen, e as que foram referendadas pelo Bacen.

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

a) Consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas controladas Pine Securities, Pine Investimentos, Pine Comercializadora, Pine Corretora, Pine Assessoria, Pine Assessoria em Comercialização de Energia e Pine Planejamento, foram eliminados. No processo de consolidação do FIDC e FIDC Pine Agro, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios, foi incorporado à carteira de crédito do Banco, com o correspondente registro das cotas seniores, na rubrica de "Obrigações por empréstimos e repasses - no país", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representada pelas cotas detidas deste fundo.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários do Banco são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento". Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo ajustado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários. Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos. Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e "swaps" são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de "swap": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "pro rata dia" até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estava apresentada como segue:

Papel/Vencimento	Individual					
	2013					
Títulos disponíveis para venda:	Valores atualizados pelo mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor Total de curva
Carteira própria:						
LTN	89.966	-	-	-	-	89.966
NTN	-	73.077	85.138	48.089	-	206.304
Debêntures	-	-	713	-	64.249	64.962
Nota Promissória	-	44.686	-	-	-	44.686
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	20.446	183.848	-	203.930
Subtotal	89.966	117.763	106.297	231.573	64.249	609.848
Vinculados à prestação de garantias:						
NTN	-	-	109.579	-	-	109.579
Subtotal	-	-	109.579	-	-	109.579
Total de títulos disponíveis para venda	89.966	117.763	215.876	231.573	64.249	719.427
Títulos para negociação (1):						
Carteira própria:						
LTN	349.869	30.940	4.930	-	-	385.739
NTN	8.125	46	33.707	37.788	8.305	87.971
Debêntures	-	9.424	51.928	88.448	-	149.800
Cotas de fundos de investimento (2)	180.381	-	-	-	-	180.381
Eurobonds	-	70	-	-	9.332	9.493
Subtotal	538.466	40.480	90.565	126.236	17.637	813.384
Vinculados a compromissos de recompra:						
LTN	-	161.579	40.217	-	-	201.796
NTN	-	80.339	18.969	48.089	10.983	158.380
Debêntures	-	46.180	10.300	117.924	-	174.404
Eurobonds	132	128	2.686	-	13.546	16.492
Subtotal	132	288.226	72.172	166.013	24.529	551.072
Vinculados à prestação de garantias:						
LTN	-	1.074	-	-	-	1.074
NTN	-	-	3.476	-	-	3.476
Subtotal	-	1.074	3.476	-	-	4.550
Total de títulos para negociação	538.598	329.780	166.213	292.249	42.166	1.374.136
Total de títulos	628.564	447.543	382.089	523.822	106.415	2.088.433

Consolidado 2013

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor Total de curva
Carteira própria:						
LTN	89.966	-	-	-	-	89.966
NTN	-	73.077	85.138	48.089	-	206.304
Debêntures	-	-	713	-	64.249	64.962
Nota Promissória	-	44.686	-	-	-	44.686
Subtotal	89.966	117.763	85.851	48.089	64.249	405.918
Vinculados à prestação de garantias:						
NTN	-	-	109.579	-	-	109.579
Subtotal	-	-	109.579	-	-	109.579
Total de títulos disponíveis para venda	89.966	117.763	195.430	48.089	64.249	515.497
Títulos para negociação (1):						
Carteira própria:						
LFT	-	-	30.070	8.715	147.552	186.337
LTN	349.869	30.940	4.930	-	-	385.739
NTN	8.125	46	33.707	37.788	8.305	87.971
Debêntures	-	9.424	51.928	88.448	-	149.800
Cotas de fundos de investimento (2)	108.693	-	-	-	-	108.693
Eurobonds	-	70	-	-	9.332	9.493
CDB	235	-	-	-	-	235
Subtotal	467.013	40.480	120.635	134.951	165.189	928.268
Vinculados a compromissos de recompra:						
LTN	-	161.579	40.217	-	-	201.796
NTN	-	80.339	18.969	48.089	10.983	158.380
Debêntures	-	46.180	10.300	117.924	-	174.404
Eurobonds	132	128	2.686	-	13.546	16.492
Subtotal	132	288.226	72.172	166.013	24.529	551.072
Vinculados à prestação de garantias:						
LTN	-	1.074	-	-	-	1,074
NTN	-	-	3,476	-	-	3,476
Subtotal	-	1,074	3,476	-	-	4,550
Total de títulos para negociação	467.145	329.780	196.283	300.964	189.718	1.483.890
Total de títulos	557.111	447.543	391.713	349.053	253.967	2.024.825

Individual 2012

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor Total de curva
Carteira própria:						
NTN	-	-	73.154	50.910	26.339	150.403
Nota promissória	-	61.070	-	-	-	61.070
Eurobond	-	-	-	-	2.123	2.123
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	59.731	-	-	59.731
Cotas de fundos de investimento (2)	337.047	-	-	-	-	337.047
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	16.976	-	-	16.976
Total de títulos disponíveis para venda	337.047	61.070	149.861	50.910	28.462	627.350
Títulos para negociação (1):						
Carteira própria:						
LTN	599.836	42.880	194.053	-	-	816.885
NTN	209.704	-	83.912	38.437	22.078	354.131
Debêntures	-	95.207	44.398	106.309	-	245.914
Subtotal	809.540	138.087	302.479	144.746	22.078	1.416.930
Vinculados a compromissos de recompra:						
LTN	1.680.794	-	-	-	-	1.680.794
Debêntures	167.161	-	-	-	-	167.161
Subtotal	1.847.955	-	-	-	-	1.847.955
Vinculados à prestação de garantias:						
LTN	71.120	-	-	-	-	71.120
Subtotal	71.120	-	-	-	-	70.837
Total de títulos para negociação	2.728.615	138.087	302.479	144.746	22.078	3.336.005
Total de títulos	3.065.662	199.157	452.340	195.656	50.540	3.963.355

Consolidado 2012

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor Total de curva
Carteira própria:						
NTN	-	-	73.154	50.910	26.339	150.694
Nota promissória	-	61.070	-	-	-	61.362
Eurobond	-	-	-	-	2.123	2,109
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	59.731	-	-	59,731
Cotas de fundos de investimento (2)	337.047	-	-	-	-	337,047
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	16,976	-	-	17,250
Total de títulos disponíveis para venda	337.047	61.070	149.861	50.910	28.462	627.350
Títulos para negociação (1):						
Carteira própria:						
LTN	599.836	42.880	194.053	-	-	816,885
NTN	209.704	-	83.912	38.437	22.078	354,131
Debêntures	-	95.207	44.398	106.309	-	245,914
Subtotal	809.540	138.087	302.479	144.746	22.078	1.416.930
Vinculados a compromissos de recompra:						
LTN	1.680.794	-	-	-	-	1.680.794
Debêntures	167.161	-	-	-	-	167.161
Subtotal	1.847.955	-	-	-	-	1.820.968
Vinculados à prestação de garantias:						
LTN	71.120	-	-	-	-	70,837
Subtotal	71.120	-	-	-	-	70,837
Total de títulos para negociação	2.728.615	138.087	302.479	144.746	22.078	3.336.005
Total de títulos	3.065.662	199.157	452.340	195.656	50.540	3.917.061

(1) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

(2) As cotas estão compostas por R\$180.381 no Individual e R\$108.693 no Consolidado (R\$338.601 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2012, desconsiderando a provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários no valor de R\$1.554), sendo: (i) R\$11.376 no Individual e Consolidado (R\$251.304 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2012) do Pine CM Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado e

(ii) R\$96.339 no Individual e Consolidado (R\$87.297 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2012) do Pine RB Capital Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (em 31 de dezembro de 2012, as cotas eram compostas pelo FICFI Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior); e (iii) R\$71.867 no Consolidado do FIP Rio Corporate - Fundo de Investimento em Participação. Os ativos que compõem os fundos, sua maioria, debêntures, notas promissórias e certificado de recebíveis totalizando o valor de R\$558.025 (R\$576.027 em 31 de dezembro de 2012) (nota 7a).

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não havia títulos com categoria "mantidos até o vencimento".

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular nº 3.068/08, do Bacen, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços semestrais. Em 31 de dezembro de 2013 foram reclassificados títulos e valores mobiliários da categoria "disponíveis para venda" para "negociação", no montante de R\$184.779 (R\$188.051 em 31 de dezembro de 2012), gerando um impacto negativo no resultado no valor bruto de R\$1.347 (resultado positivo de R\$12.527 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$808 líquido dos efeitos tributários (R\$7.516 em 31 de dezembro de 2012), registrados na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, BM&Fbovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pelos administradores dos fundos de investimento e pelas Agências Internacionais de Informações. A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$20.308 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo de R\$843 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2012), impactando o patrimônio líquido do Banco em R\$12.185 no Individual

e no Consolidado (R\$514 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2012), líquidos dos efeitos tributários. A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$5.130 no Individual e no Consolidado (ajuste positivo de R\$47.137 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2012) no resultado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na BM&Fbovespa ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Banco vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descausamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referências de mercado divulgadas principalmente pela BM&Fbovespa, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apuração que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termo e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	2013			2012		
	Curto prazo					

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento, conforme Resolução 2.682/99:

Nível	Individual			Consolidado		
	A vencer	Vencidos	Total	A vencer	Vencidos	Total
AA	1.003.915	—	1.003.915	1.007.284	—	1.007.284
A	2.081.694	—	2.081.694	2.089.470	—	2.089.470
B	2.312.496	337	2.312.833	2.319.435	337	2.320.172
C	530.407	30.507	560.914	16.827	539.519	30.507
D	193.692	32	193.724	193.692	32	193.724
E	43.010	940	43.950	13.185	43.010	43.950
F	24.924	40	24.964	12.482	24.924	40
G	49.576	33	49.609	34.727	49.576	33
H	45.007	2.993	48.000	48.000	51.858	2.993
Total	6.284.721	34.882	6.319.603	178.130	6.346.768	34.882

Nível	Individual			Consolidado		
	A vencer	Vencidos	Total	A vencer	Vencidos	Total
AA	928.420	—	928.420	941.586	—	941.586
A	1.361.232	—	1.361.232	1.386.003	—	1.386.003
B	1.910.667	171	1.910.838	1.910.838	171	2.007.566
C	424.530	1.139	425.669	12.770	441.512	1.139
D	76.198	41	76.239	76.198	41	76.239
E	6.582	885	7.467	2.440	6.582	885
F	26.430	452	26.882	13.441	26.430	452
G	70.540	11.420	81.960	57.372	70.540	11.420
H	42.420	24.871	67.291	67.291	42.420	24.871
Total	4.847.019	38.979	4.885.998	186.652	4.998.637	38.979

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Banco:

Maiores devedores	2013		2012	
	Valor a carteira	% sobre carteira	Valor a carteira	% sobre carteira
devedor	271.299	2,75	198.469	2,55
2º ao 10º	1.519.180	15,39	1.216.552	15,60
11º ao 20º	1.095.399	11,10	823.888	10,57
21º ao 50º	1.874.414	18,99	1.584.935	20,33
51º ao 100º	1.748.250	17,72	1.516.952	19,46
Demais devedores	3.359.735	34,05	2.455.440	31,50
Total carteira expandida	9.868.277	100,00	7.796.236	100,00

f) Por concentração do total da carteira de crédito expandida do Banco, por setor de atividade:

	2013		2012	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Rural	60.242	107.391	73.210	107.391
Habituação	662	27.811	662	27.811
Indústria	2.028.622	1.398.625	2.041.180	1.398.625
Comércio	803.378	188.500	805.981	188.500
Intermediação financeira	122.443	99.188	126.774	99.188
Outros serviços	6.446.337	5.773.549	6.475.924	5.925.167
Pessoas físicas	408.593	201.172	406.593	201.172
Total carteira expandida	9.868.277	7.796.236	9.930.324	7.947.954

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa, conforme Resolução 2.682/99:

Descrição	2013		2012	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Saldo inicial	186.652	173.070	98.484	83.305
Constituição/Reversão	98.484	83.305	—	—
Baixas	(107.502)	(69.986)	496	263
Varição cambial (1)	—	—	—	—
Saldo final	178.130	186.652	100.000	186.652

h) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$21.516 (R\$4.009 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

i) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2013 existiam contratos renegociados no valor de R\$163.543 (R\$130.152 em 31 de dezembro de 2012). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

j) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação no montante de R\$34.922 para empresas não ligadas ao Banco (R\$94.436 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$6.805 (R\$74.156 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012), não descontado a provisão para devedores duvidosos no valor de R\$6.893 (R\$70.353 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras despesas operacionais". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$37.587 (R\$63.841 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, essas cessões geraram um ganho no valor de R\$6.850 (R\$1.062 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012) registrados na rubrica "Operações de crédito".

ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios

A partir de janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução 3.533/08 do CMN, os registros contábeis passam a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 houve operações cedidas para o FIDC Pine Agro no montante de R\$377.866, representados por:

	Individual e Consolidado	
	Ativo	Passivo
Debêntures cedidas	11.331	11.331
Operações de créditos cedidas - Empréstimos	148.769	148.769
Operações de créditos cedidas - Financiamentos	217.766	217.766
Total	377.866	377.866

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Individual		Consolidado	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	418.586	513.509	—	—
Direitos sobre venda de câmbio	99.814	54.018	—	—
Rendas a receber	6.729	9.260	—	—
Adiantamento em moeda nacional recebidos	—	(53.991)	—	—
Câmbio vendido a liquidar	—	—	94.599	53.976
Obrigações por compra de câmbio	—	—	391.205	503.436
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	—	—	(391.205)	(482.279)
Total	525.129	522.796	94.599	75.133

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

a) Outros créditos - diversos

Estão representados pelos valores que seguem:

	2013		2012	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Adiantamentos e antecipações salariais	298	—	298	—
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	7.159	—	7.159	—
Créditos tributários (nota 9.b)	87.797	74.738	162.539	87.217
Devedores por compra de valores e bens	36.845	96.868	133.713	29.937
Imposto de renda a compensar	—	54.043	54.043	538
Valores a receber de sociedade ligadas	39	—	39	973
Títulos e créditos a receber	113.836	30.647	144.483	89.842
Devedores diversos - País e exterior	2.997	47	3.044	3.003
Total	248.971	256.343	505.314	216.719

b) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estavam compostos como segue:

	2013			2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Créditos tributários	—	—	—	—	—	—
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	42.602	25.561	68.163	45.948	27.569	73.517
Ajuste de títulos disponíveis para venda	5.077	3.046	8.123	214	129	343
Ajuste de títulos para negociação	1.284	771	2.055	—	—	—
Créditos baixados para prejuízo	25.721	15.433	41.154	14.437	8.662	23.099
Mercado futuro - Lei nº 11.196	5.711	3.426	9.137	2.715	1.629	4.344
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	3.159	1.896	5.055	12.000	7.199	19.199
Provisão para participações nos lucros	2.875	1.725	4.600	5.191	3.115	8.306
Provisão para honorários advocatícios	1.599	959	2.558	2.344	1.406	3.750
Provisão para equivalência no exterior	5.539	3.323	8.862	2.424	1.455	3.879
Provisão - FIDC	—	—	—	401	240	641
Provisão Resolução nº 3.921	3.444	2.066	5.510	1.244	747	1.991
Provisão para desvalorização de valores e bens	—	—	—	2.489	1.494	3.983
Outras provisões	4.574	2.744	7.318	—	—	—
Total	101.585	60.950	162.535	89.407	53.645	143.052

Créditos tributários

Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Ajuste de títulos disponíveis para venda

Ajuste de títulos para negociação

Créditos baixados para prejuízo

Mercado futuro - Lei nº 11.196

Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes

Provisão para participações nos lucros

Provisão para honorários advocatícios

Provisão para equivalência no exterior

Provisão - FIDC

Provisão Resolução nº 3.921

Provisão para desvalorização de valores e bens

Outras provisões

Total

Créditos tributários

Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Ajuste de títulos disponíveis para venda

Ajuste de títulos para negociação

Créditos baixados para prejuízo

Mercado futuro - Lei nº 11.196

Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes

Provisão para participações nos lucros

Provisão para honorários advocatícios

Provisão para equivalência no exterior

Provisão - FIDC

Provisão Resolução nº 3.921

Provisão para desvalorização de valores e bens

Outras provisões

Total

Obrigações fiscais diferidas

	2013			2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	45.740	27.444	73.184	20.308	12.184	32.492
Ajuste de títulos para negociação	—	—	—	11.394	6.836	18.230
Atualização ativa de depósitos judiciais	649	389	1.038	584	350	934
Rendas de renegociação	292	175	467	—	—	—
Total (Nota 15.b)	46.681	28.008	74.689	32.286	19.370	51.656

Obrigações fiscais diferidas

	2013			2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	45.740	27.444	73.184	20.308	12.184	32.492
Ajuste de títulos para negociação	—	—	—	11.394	6.836	18.230
Atualização ativa de depósitos judiciais	649	389	1.038	602	361	963
Rendas de renegociação	292	175	467	—	—	—
Total (Nota 15.b)	46.681	28.008	74.689	32.304	19.381	51.685

Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	Individual		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	143.052	141.870	143.316	142.001
Constituição	151.383	163.930	151.046	164.425
Reversão	(131.900)	(162.748)	(131.823)	(163.110)
Saldo final	162.535	143.052	162.539	143.316

Obrigações fiscais diferidas

	Individual		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	51.656	46.517	51.685	46.540
Constituição	86.381	107.362	86.463	107.700
Reversão	(63.348)	(102.223)	(63.459)	(102.555)
Saldo final	74.689	51.656	74.689	51.685

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

e) Movimentação das provisões passivas:

	2013				2012			
	Fiscais/Obrigações legais		Trabalhistas/Cíveis		Fiscais/Obrigações legais		Trabalhistas/Cíveis	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	
Saldo inicial	42.056	4.665	18.298	65.019	29.197	7.124	16.025	52.346
Constituição (reversão)	(43.005)	(2.939)	(9.059)	(55.003)	10.991	(2.980)	1.294	9.305
Atualização	1.665	199	758	2.622	1.868	521	979	3.368
Saldo final	716	1.925	9.997	12.638	42.056	4.665	18.298	65.019

	2013				2012			
	Fiscais/Obrigações legais		Trabalhistas/Cíveis		Fiscais/Obrigações legais		Trabalhistas/Cíveis	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	
Saldo inicial	42.591	4.665	18.298	65.554	29.574	7.124	16.025	52.723
Constituição (reversão)	(43.557)	(2.939)	(9.059)	(55.555)	11.116	(2.980)	1.294	9.430
Atualização	1.689	199	758	2.646	1.901	521	979	3.401
Saldo final	723	1.925	9.997	12.645	42.591	4.665	18.298	65.554

f) Seguem as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:
Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o Banco não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.
Cíveis: Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o Banco não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Individual					
	2013					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	61.788	279.262	571.229	112.536	116.293	1.141.108
Operações de repasses do exterior	10	2.855	2.835	-	-	5.700
Operações de empréstimos do exterior	425.331	620.396	234.260	-	70.278	1.350.265
Total	487.129	902.513	808.324	112.536	186.571	2.497.073

	Consolidado					
	2013					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	61.788	279.262	571.229	112.536	116.293	1.141.108
Operações de repasses do exterior	10	2.855	2.835	-	-	5.700
Operações de empréstimos do exterior	425.331	620.396	234.260	-	70.278	1.350.265
Total	487.129	902.513	851.411	526.312	186.571	2.953.936

	Individual					
	2012					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	70.958	251.418	330.475	132.022	107.435	892.308
Operações de repasses do exterior	-	10.236	-	-	-	10.236
Operações de empréstimos do exterior	389.617	503.245	-	-	61.305	954.167
Total	460.575	764.899	330.475	132.022	168.740	1.856.711

	Consolidado					
	2012					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	70.958	251.418	330.475	132.022	107.435	892.308
Operações de repasses do exterior	-	10.236	-	-	-	10.236
Operações de empréstimos do exterior	389.617	503.245	-	-	61.305	954.167
Total	460.575	764.899	330.475	132.022	168.740	1.975.446

(1) Em 31 de dezembro de 2013, R\$456.863 (R\$118.735 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao valor das cotas seniores do FIDC no montante de R\$43.087 (R\$118.735 em 31 de dezembro de 2012) e ao valor das cotas seniores do FIDC Agro no montante de R\$413.776.

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de aceites cambiais

	Individual e Consolidado					
	2013					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	98.167	172.150	9.969	410	-	280.696
Letras de crédito do agronegócio	323.626	86.643	27.912	161	-	438.342
Letras financeiras	-	599.368	115.835	19.678	3.486	738.367
Total	421.793	858.161	153.716	20.249	3.486	1.457.405

	Individual e Consolidado					
	2012					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	2.236	9.729	-	-	-	11.965
Letras de crédito do agronegócio	285.197	92.171	7.830	-	-	385.198
Letras financeiras	-	1.101	562.941	8.529	1.694	574.265
Total	287.433	103.001	570.771	8.529	1.694	971.428

b) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Referem-se a recursos captados através do programa global de emissão de títulos privados ("Fixed Rate Notes"), os quais em 31 de dezembro de 2013 totalizam R\$277.097 (R\$312.268 em 31 de dezembro de 2012), com vencimento até 2022 e juros de até 8,75% ao ano acrescidos de libor e variação cambial, e "Working Capital" no montante de R\$3.197 (R\$8.367 em 31 de dezembro de 2012) com vencimento até 2014. Segue abaixo a composição das "tranches" e saldos atualizados nos dados do balanço:

"Tranche" original - US\$	Moeda de emissão	Taxa de juro	Vencimento	Individual e Consolidado	
				2013	2012
				Valor	Taxa de juro
4.091	US\$	2,0% a.a. + Libor	Jun/2014	3.197	8.367
8.000	US\$	1,85% a.a. + Libor	Nov/2014	9.392	16.391
9.394	US\$	2,0% a.a. + Libor	Out/2013	-	19.295
1.044	US\$	8,7% a.a. + Libor	Jan/2017	2.551	2.226
39.333	US\$	3,0% a.a. + Libor	Jan/2014	7.139	81.616
25.000	US\$	4,2% a.a. + Libor	Abr/2022	106.021	51.555
73.000	CLP	6,0% a.a. + Var. UF	Dez/2017	151.994	141.185
Total				280.294	320.635
(-) Circulante				(21.059)	(109.159)
Total do longo prazo				259.235	211.476

O Banco possui linhas com alguns órgãos multilaterais (IFC - Internacional Finance Corporation e IDB - Inter-American Development Bank) que garantem operações de empréstimos do Banco no montante de US\$130.000 (R\$304.538 utilizando a taxa do dólar prefixa na data de 31 de dezembro de 2013). Em 31 de dezembro de 2013 o Pine estava utilizando o montante de US\$66.004 (R\$154.621 utilizando a taxa do dólar prefixa na data de 31 de dezembro de 2013), e estava adimplente com os índices de performance. Em 15 de outubro de 2013 foi liquidada a operação com a FMO-Nederlandsche Financierings Maatschappij Voor Ontw- The Hague.

19. DÍVIDA SUBORDINADA

	Individual e Consolidado					
	Emissão	Vencimento	Valor	2013		
				2013	2012	
"Fixed Rate Notes"	Pública	06/01/2017	US\$125.000	8,75% a.a.	306.900	267.705
Letras Financeiras	Privada	06/12/2021	R\$45.152	141,45% do CDI	53.311	49.567
Total					360.211	317.272

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.112.259 e está dividido em 123.612.756 (108.631.100 em 31 de dezembro de 2012) ações nominativas, sendo 65.178.483 ordinárias e 58.434.273 preferências (50.186.211 em 31 de dezembro de 2012) sem valor nominal. O Banco fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferências, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.
Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2013 e homologado pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2013, foi deliberado: o aumento de capital social de R\$967.259 para R\$1.112.259, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal no montante de R\$17.429 e, parte do saldo das Reservas Estatutárias no montante de R\$127.571, totalizando R\$145.000, com a emissão de 12.770.443 novas ações nominativas, sendo 6.733.594 ordinárias e 6.036.849 preferências, passando a quantidade total de ações de 110.842.313 ações nominativas para 123.612.756 nominativas, sendo 65.178.483 ordinárias e 58.434.273 preferências.
Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de fevereiro de 2013 e homologado pelo Banco Central em 19 de abril de 2013, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$13.576 com a emissão de 2.211.213, sendo 1.887.605 do Societe DE Promotion ET DE Participation Pour LA Cooperation Economique S.A. - PROPARCO ("PROPARCO") e 523.608 de outros acionistas, ações preferências nominativas, passando o capital social de R\$935.683 para R\$967.259, dividido em 110.842.313 ações nominativas, sendo 58.444.889 ações ordinárias e 52.397.424 ações preferências, sem valor nominal.
Conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de setembro de 2012 e homologado pelo Banco Central em 12 de novembro de 2012, foi realizado o aumento de capital no valor de R\$139.635 com a emissão de 3.220.203, sendo 2.100.839 do acionista DEG - Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft MbH ("DEG") e 1.119.364 de outros acionistas, ações preferências nominativas e 6.558.123 ações ordinárias nominativas do acionista controlador, passando o capital social de R\$796.048 para R\$935.683, dividido em 108.631.100 ações nominativas, sendo 58.444.889 ações ordinárias e 50.186.211 ações preferências, sem valor nominal.
Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2011 e homologado pelo Banco Central em 09 de fevereiro de 2012, foi deliberado: o aumento de Capital Social de R\$466.358 para R\$666.358, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva de Ágio por Subscrição de ações, no montante de R\$ 200.000; b) o aumento de capital social, agora para R\$796.048, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal no montante de R\$16.810 e, parte do saldo das Reservas Estatutárias no montante de R\$112.880, com a emissão de 12.274.766 novas ações nominativas, sendo 6.442.894 ordinárias e 5.831.872 preferências, passando a quantidade total de ações de 86.578.008 ações nominativas para 98.852.774 ações nominativas, sendo 51.886.766 ordinárias e 46.966.008 preferências. Conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de setembro de 2011 e 25 de outubro de 2011 e homologado pelo Banco Central em 06 de janeiro de 2012, foi realizado: a) o aumento do capital social, no valor de R\$43.752 com a emissão de 2.543.742 ações preferências, sendo 2.543.604 do acionista DEG - Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft MbH ("DEG") e 138 de outros acionistas; b) foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 08 de setembro de 2011 e prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, iniciando-se em 09 de setembro de 2011 e terminando em 10 de outubro de 2011, inclusive. Foram subscritas 138 (cento e trinta e oito) ações preferências de emissão do Banco, no valor total de R\$3.
b) Reserva de capital
A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, refere-se a ágio por subscrição de ações e somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada.
c) Reserva de lucros
A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.
Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O Banco constituiu reserva estatutária de 100% do lucro líquido, no montante R\$33.516, após a dedução de 5% da reserva legal de R\$8.080, da dedução de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$62.270 e dividendos no montante de R\$57.730, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.
De acordo com o presente na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em R\$24.908 (R\$24.098 em 31 de dezembro de 2012). O dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Data da liberação	Data do pagamento	Valor por ação		Valor total	
			bruto	líquido	bruto	líquido
Juros s/capital próprio	27/12/2013	13/01/2014	0,1463	15,936	0,1244	13,546
Juros s/capital próprio	30/09/2013	14/10/2013	0,1436	15,638	0,1221	13,292
Juros s/capital próprio	28/06/2013	12/07/2013	0,1433	15,719	0,1218	13,361
Juros s/capital próprio	21/03/2013	10/04/2013	0,1389	14,977	0,1181	12,730
Dividendos	27/12/2013	13/01/2014	0,1291	14,064	-	-
Dividendos	30/09/2013	14/10/2013	0,1319	14,362	-	-
Dividendos	28/06/2013	12/07/2013	0,1302	14,281	-	-
Dividendos	21/03/2013	10/04/2013	0,1393	15,023	-	-

Os dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2013, foram pagos considerando a quantidade de 110.842.313 ações. A bonificação das ações referente ao aumento de capital homologado pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2013 mencionado na nota 20.a., ocorreram em 07 de janeiro de 2014. Conforme Carta Circular nº 3.516/11, os dividendos adicionais propostos ao dividendo mínimo no valor de R\$21.177 (R\$18.559 em 31 de dezembro de 2012) encontram-se classificados em conta destacada do patrimônio líquido. A seguir apresentamos a conciliação dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
	Lucro líquido	161.596
Reserva legal	(8.080)	(9.373)
Base de cálculo	153.516	178.080
Juros sobre o capital próprio	62.270	60.245
IRRF 15%	(9.341)	(9.037)
Dividendos antecipados	57.730	39.755
Valor proposto	110.660	90.963
% sobre a base de cálculo	72,08%	51,08%

e) Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração de 06 de dezembro de 2012, foi deliberada a autorização para a aquisição de ações de própria emissão do Pine em até 1.219.659 ações preferências, para permanência em tesouraria e posterior alienação, bem como pagamento de remuneração variável para diretores estatutários do Banco nos termos da Resolução nº 3.921/10, sem redução do capital social. Deste plano já foram recomprados 600.000 ações no montante de R\$7.679 ao custo médio de R\$12,80. A autorização vigorará até 05 de dezembro de 2013.

No segundo semestre de 2012 o Banco transferiu 318.555 ações preferências de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, para os diretores estatutários a título de remuneração variável nos termos da Resolução nº 3.921/10 no montante de R\$4.517 ao custo médio de R\$14,18.

Em reunião do Conselho de Administração de 06 de agosto de 2013, foi deliberada a autorização para a aquisição de ações de própria emissão do Pine em até 1.942.417 ações preferências, para permanência em tesouraria e posterior alienação, bem como pagamento de remuneração variável para diretores estatutários do Banco nos termos da Resolução nº 3.921/10, sem redução do capital social. Deste plano já foram recomprados 1.060.200 ações no montante de R\$10.297 ao custo médio de R\$9,71. A autorização vigorará até 06 de agosto de 2014.

Em 31 de dezembro de 2013 o Banco possuía em tesouraria 1.918.045 (994.840 em 31 de dezembro de 2012) ações preferências de sua própria emissão no montante de R\$27.083 (R\$12.750 em 31 de dezembro de 2012). O valor de mercado dessas ações correspondia a R\$20.197 (R\$14.923 em 31 de dezembro de 2012).

f) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual	Consolidado
	2013	2012
Ativos financeiros disponíveis para venda	(20.308)	(843)
Títulos e valores mobiliários	(20.308)	(843)
Outros	(7.688)	77
Imposto de renda	11.231	343
Total	(16.765)	(423)

21. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

||
||
||

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

27. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral

O Banco Pine está exposto aos riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros tendo mensuração e monitoramento contínuo e possui uma estrutura de análise composta por diretoria, conselho e comitê que atuam nos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

b) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Gerenciamento do risco de crédito

Atribuições:

- Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Banco, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de Crédito. A Área de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco, no gerenciamento do risco de crédito.

Análise e concessão de crédito:

- Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.

Controles e gestão de riscos de crédito:

- Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Banco Pine.

Área de Administração de Ativos Especiais (Recuperação de Crédito):

- O Banco possui uma área específica de recuperação de crédito que tem por objetivo dar apoio às áreas envolvidas com o processo de recuperação de crédito, visando identificar e atuar frente aos potenciais riscos da instituição, buscando soluções ágeis e efetivas no intuito de mitigar possíveis perdas, ser fonte de informação acerca dos riscos em atraso ou que por qualquer motivo tenha a certeza do recebimento do crédito prejudicado, promover o controle de riscos que, de acordo com a política definida pela instituição, estão sob a administração da Área de Ativos Especiais.

c) Risco de liquidez

Definição

O risco de liquidez está associado à eventual dificuldade do Banco em atender suas obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez visa prevenir o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens:

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Projeção de cenários de stress de liquidez definidos no ALCO - Asset and liability committee.

Esses dados são confrontados com nível de caixa do Banco diariamente e avaliados semanalmente no ALCO - Asset and liability committee.

A gestão de liquidez é realizada pela Superintendência de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos.

d) Risco de mercado

i) Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro. Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição - valor exposto ao risco; b) sensibilidade - o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação - a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Banco. Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

ii) Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Banco vis a vis o apetite ao risco definido pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovado pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela Superintendência de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que calcula o Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Banco.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela BM&FBovespa, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo ALCO - Asset and liability committee.

iii) Metodologias

Valor justo: O objetivo da marcação a mercado (Valor Justo) é tornar o apreamento dos ativos e passivos contidos na carteira do Banco o mais transparente possível, visando a proteção dos acionistas.

Value at risk - VaR (Valor em risco): O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras

do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, BM&FBovespa, Banco Central, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

iv) Análise de sensibilidade

Conforme Instrução nº 475/08 da CVM, segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco em 31 de dezembro de 2013:

Fator de risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		Cenários 2013		
		Provável ⁽¹⁾	Possível ⁽²⁾	Remoto ⁽³⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variáveis na taxa de juros prefixada	346	(36.130)	(72.260)
Índice de Preços (IGPM)	Variáveis no cupom de IGPM	120	(798)	(1.596)
Índice de Preços (IPCA)	Variáveis no cupom de IPCA	(296)	(8.499)	(16.997)
Taxa TJLP (TJLP)	Variáveis na TJLP	(191)	19.120	38.239
Taxa de Cupom de Dólar	Taxas de Cupom de Dólar	(1.584)	(2.966)	(5.933)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	26	(47)	(95)
Taxas Offshore (Libor + outros Offshore)	Variação nas taxas Offshore	(992)	1.206	2.744
Moedas	Variação na variação cambial	3	82	164
Total (soma não correlacionada)*		(3.605)	(71.748)	(143.495)
Total (soma correlacionada)**		(2.568)	(28.032)	(55.734)

* Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

** Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenário I - Provável Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 31/12/2013 e 07/01/2014 (variação da Pré de 10,58% para 10,54% no vértice de 1 ano, de 12,63% para 12,58% no vértice de 4 anos, variação do dólar de 2,3426 para 2,3634 e cupom cambial de 1,13% para 1,41% no vértice de 1 ano)

Cenário II - Possível⁽¹⁾ Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa mercado		Nova Taxa	
	(1 ano)	Choque	mercado (1 ano)	Choque
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,58%	-25%	7,93%	5,29%
Índice de Preços (IGPM)	4,32%	25%	5,40%	5,27%
Índice de Preços (IPCA)	4,22%	25%	5,27%	3,93%
Taxa TJLP (TJLP)	5,24%	-25%	1,41%	2,42%
Taxa de Cupom de Dólar	1,13%	25%	2,90%	88,00%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	1,94%	25%	73,00%	2,9283
Taxa LIBOR USD	58,00%	25%	2,9283	
Moedas	2,3426	25%		

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa mercado		Nova Taxa	
	(1 ano)	Choque	mercado (1 ano)	Choque
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,58%	-50%	5,29%	6,48%
Índice de Preços (IGPM)	4,32%	50%	6,32%	2,62%
Índice de Preços (IPCA)	4,22%	50%	1,69%	2,90%
Taxa TJLP (TJLP)	5,24%	-50%	2,90%	88,00%
Taxa de Cupom de Dólar	1,13%	50%	3,5139	
Taxa de Cupom de Outras Moedas	1,94%	50%		
Taxa LIBOR USD	58,00%	50%		
Moedas	2,3426	50%		

* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

e) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é um importante processo da Instituição que é executado de forma a otimizar o uso de capital e alcançar os seus objetivos estratégicos. De forma a gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital é fundamental o constante aprimoramento da gestão e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

De acordo com a Resolução nº 3.988/11 do BACEN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

As políticas e estratégias de gerenciamento de capital consideram uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado e são revisadas periodicamente pela Diretoria e Conselho de Administração, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da Instituição.

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Em março de 2013, o BACEN tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia III). Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável. A aplicação das novas regras de Basileia III iniciou-se em 1º de outubro de 2013.

O Banco, em 31 de dezembro de 2013, atingiu o índice de 14,14% (16,19% em 31 de dezembro de 2012), calculado a partir do "Consolidado Financeiro".

	2013	2012
	Basileia III ⁽¹⁾	Basileia II
Patrimônio de referência Nível I	1.220.519	1.220.446
Capital Principal	1.220.519	1.220.446
Patrimônio líquido	1.272.408	1.219.946
(-) Ajustes prudenciais ⁽²⁾	(51.889)	-
Ajustes de marcação a mercado	-	500
Patrimônio de referência Nível II	221.841	257.199
Divida subordinada	221.841	257.699
Ajustes de marcação a mercado	-	(500)
Patrimônio de referência - PR	1.442.360	1.477.645
Ativo ponderado pelo risco - RWA⁽³⁾	10.203.251	9.128.391
Risco de crédito	9.311.739	8.178.818
Risco de mercado	731.173	868.718
Risco operacional	160.339	80.855
Índice da Basileia - %	14,14%	16,19%
Capital Nível I	11,96%	13,37%
Capital principal	11,96%	13,37%
Capital Nível II	2,17%	2,82%

⁽¹⁾ A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN que determina que a apuração seja feita com base no "Consolidado Financeiro";

A DIRETORIA

JOSÉ APARECIDO DA SILVA - Contador CRC nº 1SP152186/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO SOCIAL 2013

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S/A e das suas controladas é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração, implantado em atendimento às regulamentações do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

De acordo com o estabelecido no Estatuto Social do Banco Pine S/A e no seu Regimento (disponíveis no site www.pine.com/ri), compete ao Comitê zelar (i) pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e suas controladas - ("Consolidado") de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade da sua Administração. Também, é sua responsabilidade (i) o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras; (ii) o gerenciamento dos riscos das operações do Conglomerado Pine e (iii) a supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A auditoria interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

Das atividades do Comitê no exercício de 2013:

O Comitê reuniu-se por 21 vezes com as principais áreas do Banco Pine S/A e das suas controladas (Conglomerado Pine), envolvendo as áreas de negócio, de crédito, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, de operações, de controladoria, de contabilidade, de recursos humanos e de tecnologia da informação.

O Plano de trabalho do Comitê de Auditoria, para o exercício de 2013, teve como objetivo principal a análise das estruturas, as operações, os processos e os sistemas inerentes aos negócios do Conglomerado Pine.

Reuniões específicas foram realizadas com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para tratar do plano anual e da sua execução, bem como o acompanhamento das ações estabelecidas pela administração aos apontamentos de auditoria. O Comitê se reuniu com o Bacen para apresentar a sua estrutura, os seus componentes, o seu cronograma de reuniões, as suas atividades e os seus relatórios semestrais. E, também, para tratar especificamente de assuntos relacionados a riscos, controles

e operações. O Comitê, também, tomou ciência de todos os ofícios emitidos pelo Bacen e demais órgãos fiscalizadores (CIMA, CETIP, FINRA), bem como das suas respostas preparadas pelos executivos do Banco.

Como produto dessas reuniões o Comitê teve oportunidade de apresentar sugestões ao Conselho de Administração para aprimoramento de controles e da gestão de riscos e acompanhará sua efetiva implantação nos prazos previstos.

O Comitê realizou sua autoavaliação anual com o propósito de mensurar sua aderência aos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, bem como às melhores práticas sobre organização e funcionamento de comitês de auditoria.

Do Sistema de Controles Internos:

Conforme cronograma e plano de trabalho definido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Comitê tomou conhecimento dos processos, métodos e sistema de controles e de informações do Conglomerado Pine, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na sua manutenção e aprimoramento.

Todas as principais atividades da Organização, inclusive as atividades exercidas por outras empresas (terceiros relevantes), foram analisadas e tiveram os seus riscos identificados, assim como, os controles utilizados para reduzi-los a um nível considerado adequado de gerenciamento. Esses mapeamentos, riscos e controles são armazenados em um sistema eletrônico de dados adquirido de consultoria especializada e de renome no mercado.

O Comitê com base nas informações e observações colhidas durante suas reuniões avalia como adequado ao porte e complexidade de operações do Conglomerado Pine, os sistemas de controles internos e contribuindo para a eficiência de seus negócios, para a adequação dos relatórios financeiros e para a observância às normas e regulamentações aplicáveis às suas transações.

Da Administração de Riscos Consolidada:

A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma consolidada pela Vice-Presidência - "Chief Risk Officer", compreendendo os principais riscos regulamentados pelo Banco Central do Brasil, quais sejam, Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional.

Em reuniões de trabalho com a unidade de Gestão de Riscos, este Comitê teve a oportunidade de tomar conhecimento dos processos, métodos, sistemas e principais relatórios para a gestão de riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional que incluem as atividades de um comitê específico de Riscos.

Da Auditoria Independente:

O Comitê manteve reuniões com a Auditoria Independente - PricewaterhouseCoopers (PwC) - para a aprovação das Informações Financeiras Trimestrais (ITR) e Demonstração Financeira Semestral/Anual. Por ocasião destas reuniões foi discutido o Plano Anual de Auditoria, e verificado o cumprimento da sua Política de Independência.

As recomendações incluídas nos relatórios sobre controles internos foram apresentadas e discutidas no Comitê e foram

estabelecidos, em conjunto com a Auditoria Interna e com as áreas respectivas, Planos de Ação para solucioná-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da Organização. O Comitê avalia como adequados o planejamento e os trabalhos dos auditores independentes para o porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine.

Da Auditoria Interna:

O Comitê aprovou a estrutura da Auditoria Interna e o Plano Anual compreendendo todas as operações, riscos e processos da organização e acompanha em suas reuniões o seu cumprimento. Nas reuniões do Comitê a presença permanente da Auditoria Interna proporciona o suporte necessário às atividades e o atendimento às demandas.

A Auditoria Interna atua, também, no atendimento às demandas dos órgãos reguladores, e nas suas reuniões com este Comitê apresenta e discute os relatórios e demandas desses órgãos.

Das Demonstrações Financeiras Consolidadas:

O Comitê avaliou os processos de elaboração das informações financeiras, os balanços individuais e consolidados, os relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras. Discutiu com a PwC e com os executivos da Organização as práticas relevantes utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das Demonstrações Financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e de suas controladas - Consolidado, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2014

Maurício Mauro

Presidente do Comitê de Auditoria
Membro Independente do Conselho de Administração

William Pereira Pinto

Membro Especialista

Sérgio Machado Zica de Castro

Membro Representante de Acionista Minoritário

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Banco Pine S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.